

Ano XXVI n° 6669 – 29 de setembro de 2022

Governo desmonta programas alimentares enquanto fome avança



A proposta de orçamento para 2023, feita pelo atual governo, praticamente acaba com ações de assistência alimentar no País. O Alimenta Brasil, que adquire produtos da economia familiar para destiná-los a pessoas em situação de insegurança alimentar e tantos outros programas importantes, tiveram corte de cerca de 97% de sua verba prevista para o ano que vem.

Essa decisão prejudica pequenos agricultores e comunidades tradicionais, como quilombolas e cooperativas agrícolas. Os programas afetados são muito importantes para o País, pois garantem renda para um grande número de famílias que trabalham no campo, aumentam a produção, barateiam o preço dos alimentos e ajudam a economia crescer como um todo.

Essa medida é desumana, porque ocorre em um momento em que a fome não para de crescer. Hoje, são mais de 33 milhões de brasileiros que não têm praticamente nada o que comer. No total, 125 milhões de pessoas passam alguma dificuldade para ter comida na mesa, isso significa seis a cada 10 famílias. O Brasil voltou ao vergonhoso mapa da fome.

O quadro da fome mostra o quanto a situação social se deteriorou. De 2019 a 2021, 10 milhões de pessoas passaram a viver em situação de pobreza. Ao todo, no ano passado 63 milhões viviam em lares com renda de até R\$ 497,00 por pessoa, quantia que não compra nem uma cesta básica. Para 33 milhões, porém, o valor não chega a R\$ 297,00. É a pior situação já registrada.

Governo decretou sigilo de 100 anos 65 vezes

A atual gestão do governo federal decretou sigilo em ao menos 65 informações que deveriam ser públicas, durante o mandato. As investigações das rachadinhas do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e dos encontros de Jair Bolsonaro com os pastores lobistas do Ministério da Educação, as informações do cartão de vacinação do presidente da República e dos crachás de acesso ao Palácio do Planalto dos filhos Carlos e Eduardo se tornaram sigilosos. Assim como a apuração disciplinar do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, que foi exonerado do cargo diante de diversos escândalos, como acusações de corrupção e defesa de tratamento precoce para a Covid-19, que utiliza remédios sem eficácia comprovada para o tratamento da doença. O levantamento foi pelo jornal Estado de S. Paulo. O argumento para o sigilo é a alegação de que os documentos contêm informações pessoais.



De acordo com o jornal Estado de S. Paulo, o governo rejeitou pedidos apresentados por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) em 11 diferentes ministérios. Considerada um avanço na transparência pública do país, a LAI regulamenta o direito do cidadão de acessar informações públicas, conforme determina a Constituição Federal de 1988. O texto acaba com o sigilo eterno de documentos ultrassecretos afirmando que nenhum deles poderá ficar por mais de 50 anos sem acesso público, o governo aproveitou uma brecha na lei, editou o decreto adaptando as regras de aplicação da LAI.

Juros do cartão vão a 398%

Os bancos extorquem os brasileiros, literalmente. Mesmo diante da grave crise na economia nacional, que aperta a renda familiar, as empresas elevam a níveis absurdos os juros. A taxa média cobrada nas operações com cartão de crédito rotativo chegou a 398,4% em agosto. O maior patamar dos últimos cinco anos.

O crédito rotativo, cuja demanda em 2021 foi a maior em dez anos, pode ser acionado por quem não pode pagar o valor total da fatura na data do vencimento, mas não quer ficar inadimplente. A linha de crédito é a mais cara do mercado. Portanto, mesmo com o orçamento cada mês mais apertado, resultado da política ultraliberal do governo Bolsonaro, que eleva o custo de vida e arrocha os salários, o cidadão deve correr do rotativo a todo custo.

O cheque especial, dinheiro disponível na conta, mas que não é do cliente, é outra armadilha que pode custar caro ao bolso. A taxa fechou agosto em 128,6% ao ano. A tendência é de mais alta, aponta o Banco Central.